



ACÓRDÃO Nº733/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11816/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria – SEMDEC.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rodrigo Mendes Lasmar – OAB/AM 12480.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 981/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO
CONSUMIDOR E OUVIDORIA - SEMDEC.
Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria – SEMDEC, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo**, Secretário Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao Senhor **Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo**, Secretário Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº.



ACÓRDÃO Nº733/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Atraso no envio da movimentação contábil da Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria, referente ao período de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho, agosto, setembro e outubro de 2020 encaminhada por meio do Sistema e-Contas fora do prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

10.3.2. Ausência do demonstrativo de execução orçamentária da despesa empenhada, especificando órgão, unidade orçamentária, função, programa, subprograma, projeto ou atividade, classificação econômica, fonte de recursos, crédito autorizado, empenho durante o mês, empenhado até o mês e saldo disponível por dotação;

10.3.3. Ausência do exemplar do Diário Oficial que tenha publicado os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício de 2020;

10.3.4. Ausência de informação no sistema e-Contas quanto ao valor empenhado;

10.3.5. Ausência de informação no sistema e-Contas e qual o critério para definir essa modalidade, encaminhar documentos comprobatórios quando for o caso;

10.3.6. Ausência de documentos comprobatórios que comprovem a quitação dos referidos adiantamentos (relatórios do órgão responsável que aprecia as concessões de adiantamentos).

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Maio de 2022



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº733/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral